



ATAC – Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP
CNPJ: 08.794.796/0001-03

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Niterói, 27 de abril de 2022.

Ilustríssimo(a) Senhor (a), Presidente da Comissão Especial de Licitação, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: Concorrência nº. 09/2022.

A Atac Assistência Técnica em Ar Condicionado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.794.796/0001-03, com sede na Avenida Machado nº23, Barreto, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, telefone 2622-2482, por sua representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de V.Sª, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou por inabilitada a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso é apresentado no prazo estabelecido no art. 109, I, 'a' da Lei nº 8.666/93, devendo, portanto a Vossa Senhoria vir a apreciá-lo.

II – DOS FATOS

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada. Sucede que, a empresa foi desclassificada em sua habilitação por não atender o item 5.4.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura REFORMA DE DUAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, SITUADAS NA ESTRADA SÃO PEDRO, VISTA ALEGRE, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, RIO DE JANEIRO.

5.4.8. A empresa que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração de dispensa de visita técnica e de que tem pleno conhecimento dos serviços que serão executados.

DA VISITA TÉCNICA

Avenida Machado, 23 – Barreto – Niterói – RJ / Tel. 2622-2482.

SEM SADC/FMS 38
Recebi em 27 / 04 / 2022
às 15.22 horas
Protocolo nº 375/2022
Rubrica 1



ATAC – Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP
CNPJ: 08.794.796/0001-03

Item do edital :

5.6 Relativo à Visita Técnica

5.6.1. A vistoria não é condição obrigatória para participação no certame:

5.6.2. É facultada aos licitantes a realização de vistorias nos locais de execução dos serviços. Caso haja interesse, as datas e horários deverão ser previamente agendados no Setor de Engenharia e Arquitetura, através do email: semsa.engarq@gmail.com. Portanto a vistoria não é condição obrigatória para participação no certame Concorrência nº. 09/2022.

III – AS RAZÕES

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente equivocado.

Entretanto, segundo entendimento do TCU é ilegal a exigência de visita técnica para a concessão do objeto, pois está em desacordo com o art. 37, XXI da Constituição Federal e com o art. 3º, § 1º da Lei nº 8.666/93 e tampouco encontra respaldo em nenhum outro dispositivo da citada lei, no entanto a presente comissão ao inabilitar por falta da declaração de visita técnica mesmo dizendo o TCU não ser necessário.

IV – DA NECESSIDADE DE REFORMA A INABILITAÇÃO

É necessário que a inabilitação seja reformada uma vez que descumpre preceitos legais, devo falar que convém à administração pública fazer aquilo que a lei manda e somente, não devendo fazer nem além e nem aquém.

Pelo fato ora questionado ver-se que foi cometido uma série de irregularidades que podem inclusive levar a anulação do edital e de todos os atos até agora praticados, pois devo lembrar novamente que ato ilícito não constitui direito.

A inabilitação da recorrente por não ter apresentado declaração de visita técnica, não se faz necessário segundo entendimento do TCU, pois não se encontra respaldo na Lei nº 8.666/93 para realizar tal inabilitação e ainda vai além citando o art. 37, XXI da Constituição da República uma vez que diz ser indispensável a qualificação técnica e econômica para empresa participarem de licitações públicas.



ATAC – Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP
CNPJ: 08.794.796/0001-03

A inabilitação da recorrente por não ter apresentado declaração de visita técnica, não se faz necessário segundo entendimento do TCU, pois não se encontra respaldo na Lei nº 8.666/93 para realizar tal inabilitação e ainda vai além citando o art. 37, XXI da Constituição da República uma vez que diz ser indispensável a qualificação técnica e econômica para empresa participarem de licitações públicas.

Sendo assim, se faz necessário a habilitação da recorrente, tendo em vista que é dispensada a visita técnica, mas mesmo assim foi inserida na documentação a declaração de pleno conhecimento dos serviços que serão executados, dado como modelo da licitação e a inabilitação da empresa ora habilitada por ela não atende os requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório e nem a Lei nº 8.666/93, lei de licitações.

V – DAS ILEGALIDADES

A Constituição da República trata no art. 37, caput da principiologia que rege a administração pública, fazendo para tanto rol dos mesmos, portanto deve a administração pública assim como seus administradores segui-los e serem fies a sua aplicabilidade e execução.

Denota-se que a inabilitação da licitante é um ato ilegal uma vez que não encontra respaldo na lei para tanto, ressaltando que segundo o princípio da legalidade não deve pairar nenhuma ilegalidade ou suspensão sobre os atos da administração pública,

Assim como entendimento do TCU, é ilícita a exigência de visita técnica como requisito para habilitação de licitante, ou seja, esta digna comissão vai contra tal entendimento, sem falar que não há respaldo legal.

V – DO PEDIDO

Ante o exposto requer

A) Habilitação da recorrente tendo em vista as ilegalidades cometidas e que o motivo que a levou a ser inabilitada não encontra respaldo na lei e ainda vai de contra entendimento do TCU;

VI – DO PEDIDO



ATAC – Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP
CNPJ: 08.794.796/0001-03

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se o equívoco da decisão, como de rigor, prosseguindo o certame até que outra empresa classificada esteja em condições legais e regulares de habilitação.

Nestes Termos,
P. Deferimento

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2022.

08.794.796/0001-03

**ATAC ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AR
CONDICIONADO LTDA EPP**

Av. Machado nº 23
CEP 24111-000 - BARRETO

NITERÓI - RJ

Adriana D. S. Stabile

Adriana Dias Garcia Stabile
Sócia Administradora
ID: 095.049.62-3

Razão Social da Empresa: ATAC ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AR CONDICIONADO LTDA-EPP
Endereço: Avenida Machado nº. 23, Barreto, Niterói – RJ – CEP 24.111-000
Telefone: (21) 2622-2482
CNPJ nº. 08.794.796/0001-03
Inscrição Estadual: Isento
Inscrição Municipal: 134864-8
Banco: Bradesco Agência 7032 Conta: 10923-1
Nome do Representante da Licitante: Adriana Dias Garcia Stabile
Cédula de Identidade: 09.504.962-3 Órgão Emissor: DETRAN/RJ CPF: 004.254.467-00
E-mail: atacassistenciatecnica@yahoo.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São Gonçalo, 03 de Maio de 2022.

Solicitação de Recurso ao Edital de Concorrência nº 09/2022.

DAS PRELIMINARES

Trata-se de Processo Licitatório de nº. 009/2022, Processo Administrativo FMS: 3363/2021, do tipo menor preço global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE DUAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, SITUADAS NA ESTRADA SÃO PEDRO, VISTA ALEGRE, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, RIO DE JANEIRO.

DAS RAZÕES RECURSAIS:

A empresa **ATAC Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP** interpôs recurso administrativo, em suma, contra a sua inabilitação no certame, por entender que houve ilegalidade na mesma, considerando que a exigência de visita técnica é ilegal segundo entendimento do TCU.

Afirmou a recorrente não ser necessário apresentação de declaração de visita técnica, pois não se encontraria respaldo na Lei nº 8.666/93 e entendimento do TCU.

DO MÉRITO RECURSAL

De acordo com o Edital de Licitação o item 5.4.8, com base no qual a empresa **ATAC Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP** foi inabilitada, se trata de :

5.4.8. A empresa que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração de dispensa de visita técnica e de que tem pleno conhecimento dos serviços que serão executados.
(grifo nosso)

Por tanto como descrito acima, não houve exigência de visita técnica estabelecida no Edital referido, tanto que no item 5.6.1 e 5.6.2 informa o seguinte:

5.6.1. A vistoria não é condição obrigatória para participação no certame;

5.6.2. É facultada aos licitantes a realização de vistorias nos locais de execução dos serviços. Caso haja interesse, as datas e horários deverão ser previamente agendados no Setor de Engenharia e Arquitetura, através do e-mail: semsa.engarq@gmail.com.
(grifo nosso)

5.6.3.

Av. São Gonçalo, nº 100, G2 – Boa Vista, São Gonçalo –RJ- CEP 247466-315
São Gonçalo Shopping Rio



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Visto que o Edital está cumprindo toda a legalidade prevista na Lei de Licitações nº8.666/93 in verbis:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Acerca da finalidade da realização de visita técnica, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

“no caso de futura licitação e na hipótese de a visita técnica ser facultativa, faça incluir no edital cláusula que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra.”
(TCU, Acórdão nº 149/2013 – Plenário).”

Sendo assim, a inabilitação da empresa recorrente ATAC Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP ocorreu em face da não apresentação da declaração de dispensa de visita técnica conforme item 5.4.8 e apresentação parcial de declaração de pleno conhecimento dos **serviços** que serão executados, uma vez que não se referiu aos serviços mas somente ao conhecimento do local.

CONCLUSÃO

Isto posto, após análises aos documentos referentes à licitação, manifesto pelo **indeferimento** do recurso apresentado pela empresa ATAC Assistência Técnica em Ar Condicionado Ltda-EPP.

Atenciosamente,

Lívia da Silva Moraes de Assis Quintanilha
Presidente da Comissão de Licitação
Mat.40835